ARTE RUPESTRE

Andréia Rocha

Camila Tombini

Luiz Fernando

Magda Mello

RESUMO

Preservar o Patrimônio Cultural e desenvolver a atividade turística pode parecer, num primeiro momento, concepções antagônicas como foram um dia as concepções de progresso e preservação. Isso se veicular-se a idéia de preservação somente à preservação da memória e a idéia de turismo somente como crescimento econômico quantitativo. Os discursos teóricos acerca do assunto crescem sensivelmente em busca de um ponto de equilíbrio, onde o binômio Turismo e Cultura possam conviver harmonicamente, evidenciando uma questão mais importante, que é a referência à identidade da comunidade vista como uma necessidade e não como um mero produto turístico. O patrimônio cultural inclui tanto o Patrimônio Histórico quanto o Patrimônio Natural. A ênfase deste trabalho é o Patrimônio Histórico Edificado, quer dizer, o patrimônio construído pela sociedade, por meio da acumulação de esforços, mostrando sua capacidade construtiva, através dos tempos. Uma das questões relativas ao Patrimônio é sua instância jurídica, pois envolve aspectos de natureza pública e privada. A busca do referencial histórico sobre os bens protegidos na cidade de Ponta Grossa encaminhou-se no sentido de buscar, as produções históricas relativas à cidade. Outro instrumento utilizado na pesquisa foram entrevistas com pessoas que ainda possuíam lembranças sobre histórias relativas aos prédios preservados, além da busca pelas fontes iconográficas, (que de início acreditava-se difícil) foi muito produtiva, referenciando, até mesmo, o costume freqüente de fotografar a cidade. O resgate histórico dos bens tombados foi vinculado ao processo de crescimento urbano, social e cultural da cidade. Tal resgate se fez necessário pela rapidez com que Ponta Grossa está perdendo, pela destruição, o seu patrimônio edificado. Constatou-se que as construções podem ser fontes novas e inesgotáveis na elaboração de uma nova concepção histórica, que está em permanente evolução. Neste contexto, o acervo do Patrimônio cultural por intermédio do patrimônio edificado, deve ser abordado além de seus valores históricos e artísticos, deve ser visto como produto da fabricação, apreendido por meio da memória do fazer. E para entender a amplitude, hoje delegada ao Patrimônio Cultural Urbano, tem-se que conhecer a cidade e a memória histórica e afetiva, selecionada por seus habitantes. Pode ser que, de posse de um novo referencial, interdisciplinando-se, o profissional em turismo, o historiador e o planejador urbano, encontrem um caminho mais efetivo nesse mundo simbólico do Patrimônio e Turismo.

Palavras-chave: Cidade; Patrimônio Cultural; Patrimônio Edificado; Memória e Turismo.

ABSTRACT

Retaining Cultural Heritage and develop the tourism activity may seem, at first sight, antagonistic conceptions as they were once the concepts of progress and preservation. This is to convey the idea of preserving only the preservation of memory and the idea of tourism as only quantitative economic growth.The theoretical discourses on this matter grow appreciably in search of an equilibrium point where the binomial Tourism and Culture can live in harmony, indicating a more important issue, which is the reference to the identity of the community viewed as a necessity and not as a mere product tour. Cultural heritage includes both the Heritage and Natural Heritage. The emphasis of this work is the Historic Monuments, or it means to the equity built by society, through the accumulation of efforts by showing their capacity building through the ages. One of the issues relating to Heritage is your legal jurisdiction, since it involves both public and private aspects. The matter of historical reference on the protected property in the city of Ponta Grossa walked in seeking the historical production for the city. Another instrument used in the research were interviews with people who still had memories of stories concerning the preserved buildings, besides the search for iconographic sources (who initially believed to be difficult) was very productive, referencing, even the historical recovery of listed items has been linked to the process of urban growth, social and cultural city. Such redemption was necessary because of the speed that Ponta Grossa is losing, by the destruction, its heritage buildings. It was found that buildings can be new and inexhaustible sources in developing a new conception of history, which is constantly evolving. In this context, the collection of cultural heritage through the built heritage should be addressed in addition to its historical and artistic values, should be viewed as a product of manufacture, seized through the memory of doing. And to understand the extent , now delegated to the Urban Cultural Heritage, one has to know the city and the historical memory and affective, selected by their inhabitants. It may be that, in possession of a new reference, is an interdisciplinary, professional in tourism, the historian and urban planner, find a more effective way in this symbolic world of Heritage and Tourism.

Keywords: City, Cultural Heritage, Historic Monuments, Memory and Tourism.

Introdução

A entrar em contato pela primeira vez com o trabalho do Professor Ulpiano Bezerra de Meneses (1984, p. 199), uma frase de seu texto chamou a atenção e

ficou gravada na memória de um dos presentes autores, “analisar a cidade é também analisar a imagem da cidade”.

Uma cidade deve ser vista como expressão da cultura de um povo. No espaço urbano as marcas da História ficam muito claras, no traçado de suas ruas, na projeção de suas praças, na arquitetura de seus edifícios, no conjunto de seus quarteirões. Ao observar uma cidade e as pessoas, o que se vê, é a expressão da cultura, de sua maneira de se organizar.

Isso significa que uma cidade ou um espaço urbano é um tipo de escrita, uma espécie de texto que se pode ler. Qualquer que tenha sido seu processo evolutivo uma cidade, guarda fragmentos, que permitem sua leitura.

Toda cidade tem a marca da presença do homem, por meio de suas construções, seu modo de vida, sua maneira de adaptar velhos padrões a novas atitudes. Qualquer parte de um ambiente urbano, seja um quarteirão, uma praça, um edifício, possui um significado mais representativo do que somente seus valores materiais. São elementos que simbolizam a relação entre o lugar e seus habitantes.

Uma cidade, no entanto, sofre transformações, não é um bem imóvel, mas dinâmico, que constantemente se altera. E neste processo de transformação, “as casas, os objetos arquitetônicos são as palavras que a História vai deixando na cidade” (LYRA, 1984, p. 16).

Muitas dessas casas ou até cidades são protegidas sob a alegação de que possuem um valor. Mas o que tem valor? Que tipo de valor? Delegam-se então valores estéticos e/ou históricos a determinados bens que merecem proteção. Porém, o que pode se verificar, mais especificamente em Ponta Grossa (Paraná, Brasil), é que inúmeras edificações foram destruídas no passado, como não tendo valor nem estético, nem histórico e neste Século XXI lamenta-se a perda de incomparáveis patrimônios.

Se uma cidade é feita de homens, com todas as relações sociais pertinentes ao convívio, pode-se até afirmar que ela seja um Patrimônio Cultural isto é, um bem representativo dessa vida coletiva e sendo assim, é necessário protegê-la. Neste sentido, outras indagações surgem, tais como: O que preservar? Por que preservar? Como preservar? É possível dizer que os sentidos da preservação só existem diante da ameaça de perda.

> Só existe a preocupação de proteger alguma coisa se há risco de perdê-la [...]. Desaparecer ou permanecer são funções do tempo, só no decorrer é que as coisas ficam ou passam. A ação humana ambiciona intervir nesse processo, selecionando o que guardar e o que deixar de lado ou destruir [...]. Essa tendência de tornar presentes o passado e o futuro, garantindo a permanência de objetos e valores caros a uma cultura, parecem ser inerentes à sociedade [...] (Silva, 1996, p.165).

Quais os critérios então que devem nortear o que deve permanecer e o que deve desaparecer? É uma decisão ou uma escolha? Sabe-se que, em épocas distintas, o que se pode destruir (tanto em idéias como em coisas) muda de lugar com o que se quer preservar. “Então a decisão não é a mesma para sempre, nem o são os objetos. O ato de selecionar, de escolher é o que permanece para sempre” (SILVA, 1996, p. 166).

A Preservação do Patrimônio Cultural

No Brasil, a partir da criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, o Estado tomou para si a tarefa de selecionar, denominar e proteger o Patrimônio Cultural, até como garantia de construção de uma identidade nacional ou ainda a intenção de “abrasileirar os brasileiros” (Mário de Andrade *apud* FENELON, 1992, p. 29). Sendo que o termo para designar os bens culturais passa a ser então Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A preservação do patrimônio é um problema muitas vezes difícil de ser solucionado, se for admitido que tudo é patrimônio, tudo deve ser conservado. Por isso, é preciso fazer uma crítica e interrogar-se sobre sua conceituação. Não resta dúvida de que tudo pode ser considerado patrimônio, porém destaca Monet (1996, p. 228),

> [...] o patrimônio só existe porque protegemos algo que denominamos assim. Designação e proteção vão juntas. Do fato mesmo de protegê-lo, o sacralizamos, isolando-o do destino habitual das coisas; por ser sacralizado ele deve ser protegido.

Atualmente, o conceito de patrimônio histórico vai sendo paulatinamente desvinculado da noção tradicional em consagrar bens que acentuavam apenas a presença do Estado, das instituições estabelecidas e das classes sociais dirigentes.

Sendo assim, o termo ampliou-se para Patrimônio Cultural e falar nele, é falar de valores. Destaca Meneses (1984, p. 189), porém, que "é preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos, daí serem historicamente marcados". Para isso, designam-se quatro categorias de valores, que podem operar na definição do significado cultural do bem: valores cognitivos (associados ao conhecimento), valores formais (funções estéticas), valores afetivos (relações subjetivas), valores pragmáticos (de uso).

Ressalta-se, aqui, um foco de discussão que tem ocorrido freqüentemente entre os especialistas, em relação ao patrimônio histórico e artístico e suas relações com o patrimônio cultural, patrimônio ambiental e bem cultural.

Entende-se por bens culturais, toda a produção material e imaterial do homem bem como o conjunto desses bens[1], produzidos num processo social determinado. Destaca-se que os bens que compõem o patrimônio cultural não são "apenas signos que constituem discursos do presente com o passado [...] eles devem ser interpretados como signos novos, articulados em linguagem de hoje e constitutivos de práticas sociais atuais" (ARANTES, 1987, p. 53).

O assim chamado Patrimônio Cultural inclui tanto o Patrimônio Histórico como o Patrimônio Natural. Ao se destacar a primeira expressão, entenda-se não apenas o Patrimônio Arquitetônico, mas também o Patrimônio Documental e Arquivístico, Bibliográfico, Hemerográfico, Iconográfico, Oral, Visual, Museológico, quer dizer, todo o conjunto de bens que atestem a História e a Cultura de uma determinada sociedade.

Sendo assim, entende-se por Patrimônio Cultural como toda a ação humana na prática da convivência em sociedade. Principalmente que, não há necessidade pura e simples de um reconhecimento oficial por meio do tombamento, para que determinado bem e/ou produção torne-se patrimônio. O patrimônio deve existir e ser referenciado como tal, pela própria comunidade onde está inserido.

[1] Bens culturais: é todo o resultado da atividade humana, decorrente da convivência do homem na sociedade. E, ainda, segundo a Conferência Geral da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (11/1968), a expressão bens culturais engloba não só os sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística e histórica. **Cartas Patrimoniais**. Cadernos de Documentos, IPHAN. Brasília, 1995.

A ênfase deste artigo é o Patrimônio Histórico Edificado, quer dizer, o patrimônio construído como acumulação dos esforços que uma sociedade herda e que vem expressar o crescimento e desenvolvimento de sua capacidade construtiva, através do tempo. Deve-se permitir que o patrimônio arquitetônico sobreviva, que tenha e ganhe vida. Para que isto aconteça, deve-se levar em consideração além de seus valores estéticos e históricos, sua capacidade de reciclagem, permitindo-lhe usos dinâmicos pela comunidade local, e também pela atividade turística.

A preservação do Patrimônio Cultural e sua dinâmica no Município de Ponta Grossa

Partindo da problemática da preservação do Patrimônio Histórico em Ponta Grossa, vários questionamentos surgiram: por que preservar o patrimônio de uma cidade? Qual a importância da preservação? Que análise histórica pode conter? Como encarar a complexa problemática da preservação e desenvolvimento? E principalmente como articular a prática preservacionista, com o desenvolvimento do turismo? Essas indagações surgem, quando se percebe que se possui uma herança intelectual que supõe um antagonismo entre o “moderno” e o “antigo”. Ou, ainda, que se devem preservar somente bens de valores monumentais.

O resgate histórico dos prédios tombados em Ponta Grossa se fez necessário pela rapidez com que a cidade perdeu, e está perdendo, pela destruição, o seu patrimônio edificado. Muitas vezes, esta destruição foi justificada pelo discurso do progresso e da modernidade.

O exercício de se pensar no equilíbrio entre a permanência e a mudança leva ao princípio de que a perda de muitos elementos, que na maioria das vezes são difíceis ou impossíveis de serem recriados leva ao desaparecimento de determinados referenciais, fazendo com que o cidadão não mais encontre seu lugar na cidade e, desta forma, não se reconheça no seu meio ambiente.

> A necessidade de conservar os elementos que tornam as cidades mais humanas faz com que a preservação assuma um significado mais amplo. Ela é uma garantia de permanência do caráter das áreas e contribui para a compreensão do conjunto de elementos que as caracterizam, de suas tradições, instituições sociais, enfim, do que ali ocorre, ocorreu e ocorrerá.

> Desta forma, a preservação não seria privilégio de alguns, de uma 'elite intelectual', mas sim um importante fator para a estabilidade da cidade e de seus habitantes (FONTES *et al*., 1986, p. 52).

Modificar essa situação de destruição do patrimônio na cidade terá início quando todos os setores da sociedade sejam nas escolas, na imprensa, na Prefeitura e Câmara Municipal, associações culturais, entre outros, iniciarem uma ampla discussão para desmistificar a questão de que, para uma cidade crescer, se desenvolver, é preciso destruir o passado, a história, a memória e a identidade. O progresso e a preservação são conciliáveis, e a sociedade precisa compreender por que preserva. Sendo assim, acredita-se que o turismo planejado de forma sustentável, dentro dos princípios da conservação, pode e deve ser um grande aliado em todo o processo de preservação da memória, da identidade e dos referenciais arquitetônicos.

Considera-se que uma política eficaz para o Patrimônio Histórico-Cultural, que desenvolva o exercício da cidadania, deve englobar a ação do Poder Público e da sociedade civil como um todo, desenvolvendo três grandes áreas: a Educação Patrimonial, a Preservação e a Atividade Turística. Entenda-se por Educação Patrimonial a utilização de museus, monumentos, arquivos, bibliotecas – os lugares da memória - no processo educativo, a fim de desenvolver a consciência de todos. Por intermédio da Educação Patrimonial, deve-se despertar em todos o senso de preservação da memória histórica, o conseqüente interesse pelo tema e o desenvolvimento do turismo, pois uma cidade "só será boa para o turista, quando for boa para sua própria população".

A Preservação deve ser entendida como um direito do cidadão comum à cultura, à memória coletiva e ao passado histórico, formando uma dimensão fundamental da Cidadania Cultural.

O interesse original de um dos presentes autores sempre foi estudar a questão da preservação. De início, o objeto de trabalho versava sobre aspectos museológicos e sua representatividade, porém mudou-se de tema, a partir da leitura do trabalho de Jeudy (1990, p. 13), que afirma: "o patrimônio, uma vez constituído, não é mais que um museu do social".

As dificuldades encontradas para trabalhar sobre esta vertente da preservação decorre, em parte, do fato de ser recente o ingresso do profissional do turismo na área do Patrimônio Cultural. Domínio que ainda é restrito à atuação de outros profissionais. Também deve ser levado em consideração que a conceituação de bem cultural, amplia-se sempre e, dependendo das forças políticas em voga, cada geração faz leituras diferenciadas do patrimônio. Por mais que ações voltadas à educação patrimonial, bem como à educação turística, reforce a ideia da necessidade de preservação sustentável do patrimônio cultural, o que se pode observar é, que a mesma ainda é distante da cultura de massa.

Assim, Nora (1993, p. 7), usa a expressão "aceleração da história", para caracterizar a situação em que o passado vai perdendo lugar para o presente eterno, trazendo a ameaça da perda da identidade. Segurar traços e vestígios é a forma de contrapor-se ao efeito desintegrador da rapidez contemporânea.

Ponta Grossa é uma cidade histórica. É ambíguo e redundante fazer esta afirmação, mas ela é feita para relevar a necessidade preservacionista na cidade, para relembrar algo da literal destruição por que passou muito da memória da cidade; e para sublinhar a história local em qualquer interferência preservacionista. Modernização ora planejada, ora injustificável, foi responsável pelo desaparecimento (criminoso) da Catedral do Bispado, da Cervejaria Adriática, da Casa do Bispo e também de várias residências. Diz-se criminoso, porque algumas edificações foram demolidas durante a noite para que se evitassem protestos de qualquer maneira.

Num momento até desesperado, Ponta Grossa conseguiu segurar alguns traços e vestígios de sua história urbana, quando a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, tombou seis edificações. Destaca-se que se delegou ao Estado o papel de guardião de tal memória, principalmente devido à gravidade do processo de destruição pelo qual passava a cidade.

A busca do referencial histórico sobre os bens protegidos na cidade encaminhou-se no sentido de buscar, primeiramente, todas (não são muitas) as produções históricas relativas à cidade. A partir de então, os jornais do período foram outra fonte pesquisada. Fez-se referência à fonte no singular, pois o informativo do início do século, na cidade, resumia-se ao Jornal Diário dos Campos.

No entanto, em relação à pesquisa realizada sobre os tombamentos, utilizou-se, além do Jornal Diário dos Campos, também o Jornal da Manhã para o período de 1990. Contudo foi surpresa agradável encontrar, no acervo documental do Museu Campos Gerais, álbuns e revistas sobre o Estado e a cidade, destacando-se o Álbum do Paraná de 1920.

Outro instrumento utilizado na pesquisa foram entrevistas com pessoas que ainda possuíam lembranças sobre histórias relativas aos prédios preservados. Além do que, a busca pelas fontes iconográficas, (que de início acreditava-se difícil) foi muito produtiva, referenciando, até mesmo, o costume freqüente de fotografar a cidade. A utilização da memória iconográfica permitiu resgatar os principais momentos históricos dos bens preservados. As fontes iconográficas não foram encontradas no que se refere a plantas da cidade e dos prédios. Algumas das fotos foram obtidas junto ao "Projeto de Preservação da Memória Histórica dos Campos Gerais"[2], e outras junto a acervos particulares.

Outra fonte utilizada foram os Processos de Tombamentos, que não sendo encontrados em nenhum órgão da cidade, recorreu-se, então, aos arquivos da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná em Curitiba.

Os prédios descritos a seguir, são aqueles já reconhecidos pelo tombamento e constantes em roteiros turísticos propostos na cidade:

1- **Mansão Vila Hilda:** Construção da década de 1920, um dos últimos resquícios da arquitetura de habitação do início do século. Sua função atual é como sede da Fundação Cultural de Ponta Grossa.
2- **O Prédio do Fórum:** Também é uma construção da década de 1920, sendo o último registro da arquitetura oficial da cidade no período. O prédio atualmente abriga o Museu Campos Gerais, gerenciado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.
3- **Colégio Regente Feijó:** Construção do final da década de 1920 representa um período de descentralização estadual da educação. Este

[2] Este projeto foi desenvolvido pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, durante 10 anos. Além das fotos coletadas existem: documentação, entrevistas, fitas de vídeo de toda a região dos Campos Gerais do Paraná.

prédio ainda abriga o Colégio, depois de ser interditado algumas vezes pela Defesa Civil, devido ao precário estado de conservação, atualmente está em final de processo de restauração.

4- **Edifício Guilherme Naumann** (PROEX): É o exemplo da arquitetura funcional ligada ao comércio, construído em 1907. Está sendo restaurado e voltará a ser sede da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Hoje é conhecido como Prédio da PROEX.

5- **Complexo da Rede Ferroviária:** São dois os prédios tombados. O primeiro pertencia à Estrada de Ferro Paraná, por isso conhecido até hoje como Estação Paraná, inaugurado em 1896. Atualmente é a sede da Casa da Memória; o segundo, a Estação São Paulo Rio Grande, foi inaugurada em 1900, é maior e possui um trabalho arquitetônico mais bem elaborado. Encontra-se abandonada, sob a ameaça de ruir, demonstrando que o tombamento por si só não significa proteção, se não existir um comprometimento da comunidade. Atualmente é conhecida como Estação Saudade.

6- **Antigo Hospital 26 de Outubro:** Este edifício integra o conjunto de edifícios da Rede Ferroviária. Construído para ser um hospital, foi inaugurado em 25 de janeiro de 1931. No complexo do hospital foi construída uma capela com ornamentação expressiva nas paredes internas. Também significativos são os vitrais nela instalados em 1956, em comemoração ao cinqüentenário da Cooperativa 26 de Outubro.

7- Capela Santa Bárbara do Pitangui

Primeira capela construída em Ponta Grossa tem sua história ligada à presença dos jesuítas e ao movimento das tropas. A sesmaria do Pitangui foi doada aos padres jesuítas, que construíram no local uma pequena capela. Com a abertura do Caminho das Tropas em 1731 e que passava pelo local, os padres dedicaram a capela à Santa Bárbara.

Os tombamentos não devem ser vistos somente como preservação, mas também como processos de renovação, em que prédios podem tornar-se

importantes documentos da história urbana e por si só, potenciais turísticos. O simples instrumento jurídico do tombamento (que não é tão simples assim) não protege totalmente o bem, o objeto arquitetônico não pode ser visto exclusivamente como objeto visual, por isso, estipulou-se neste artigo a concepção de que o bom uso é fator determinante para a persistência da preservação. E esse uso, pode também ser turístico. Já afirmava Aloísio Magalhães, "a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio". (Preservação do Patrimônio Cultural, 1993, p.22)

Não se deve deixar de lado a questão de que, quando se fala em patrimônio cultural, fala-se fundamentalmente em valores, não se podendo, no entanto, esquecer de que os valores são permanentemente imputados a ele. Por isso, para falar dos valores culturais (de maneira ampla), deve-se conhecer todo o processo de como o bem foi elaborado, de como ele circulou na sociedade, bem como os atributos a ele referenciados.

Patrimônio Cultural e Turismo: por uma relação necessária

É importante ainda destacar que a preservação do Patrimônio Cultural, não deve se adaptar nunca ao gosto dos turistas, mas pelo contrário, são os turistas que devem se adaptar à leitura proveniente dos patrimônios. A memória histórica, a identidade, o caráter de uma comunidade, que muitas vezes é referenciada em seu patrimônio não deve ser banalizada pelo turismo.

O turismo cultural, como é discutido atualmente, não pode somente ser concebido, visto e consumido por intermédio de eventos, festas, grandes espetáculos, mas deve ser pensado e referenciado pela articulação entre preservação, memória e atividade turística.

Sendo assim, o bem que vai ser preservado atualiza-se, identifica-se com o homem, tornando-se parte de seu cotidiano a partir do momento que por ele pode ser lido. Um trabalho de registro deve ter como tarefa a produção de conhecimento sobre prédios tombados, considerando-os uma fonte de informação, por admitir que a cada novo olhar sobre o objeto, novas informações se revelam.

Desta forma, não se pode mais considerar que o patrimônio seja somente constituído por um mundo de formas e objetos excepcionais, deixando de fora as condições de vida e trabalho de quem os produziu.

Neste contexto, o acervo do patrimônio cultural por intermédio do patrimônio edificado, deve ser abordado além de seus valores artísticos e históricos, deve ser visto como produto da fabricação, apreendido por meio da memória do fazer. E para entender a amplitude hoje delegada ao Patrimônio Cultural Urbano, ter-se-ia que conhecer a cidade e a memória histórica e afetiva "que, selecionada pela visão de seus habitantes, desempenha um papel fundamental para o resguardo de sua unidade e continuidade" (CAMPELLO, 1994, p. 24).

Porém, a partir do momento que os moradores de uma cidade redescobrem seu patrimônio, muitas vezes ajudados pelo olhar do forasteiro (aquele que vai ao local estudar a comunidade) outra questão se evidencia, a constituição e a defesa do patrimônio possui sua vertente ideológica, pois "elas são meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a nacionalidade e a identidade. Desse ponto de vista, não é apenas o que preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo". (ARANTES, 1987, p. 8).

A questão da manutenção das identidades locais está ligada ao processo de globalização, preservá-la não significa sacralizá-la na comunidade onde se desenvolveu, mas é necessário um alargamento no sentido de dividir com todos, aquilo que dá sentido ao seu modo de ser, de ter, de viver, de sentir, pois a troca na atividade turística é permanente e aquilo que diferencia uma comunidade de outra, que valoriza o local, pode e deve ser uma ferramenta de atração turística. Não são as diferenças que alimentam as trocas culturais no turismo? E também como afirma Hall (2003, p. 7):

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente.

Por isso o planejamento do turismo baseado nas manifestações históricas, sociais e culturais, mas repensadas com imagens e idéias de hoje, podem ser um

caminho que leve a busca da reconstrução da identidade local, que muitas vezes se perdeu no mundo de contradições que o homem esteve (ou está) sujeito nas últimas décadas. Ao pensar e repensar sua história, o homem pode se reencontrar com a cultura que o faz pertencer à comunidade, mesmo que não tenha participado do momento em que determinadas manifestações ocorriam. Ao mesmo tempo, essa reconstrução da identidade pode suscitar lembranças que façam as memórias individuais despertarem e se concretizarem em memórias coletivas, no sentido de dizer, isso é meu, faz parte da minha história, assim ele transmitirá ao visitante a essência do lugar onde ele vive, que é diferente de outros lugares.

> Uma boa tarefa conjunta para os órgãos de preservação e turismo, é envolver os moradores desde o início, no levantamento do inventário cultural e turístico de suas localidades, proporcionando-lhes um canal de expressão para os vários sentidos que atribuem ao seu patrimônio. (MURTA; GOODEY, 2002, p. 45).

Por isso a idéia de Patrimônio Cultural e Turismo, aqui proposta é a de, por meio da leitura das realidades patrimoniais, ser possível descobrir aquilo que comumente é chamado de personalidade, identidade. Num contexto de permanente valorização do bem cultural. Entendendo cultura como um conjunto de inúmeras interações que o homem cria para si, além das coisas que ele necessita para sustentar essas relações que estão presentes em seu patrimônio. Mas preservar esse patrimônio, só se justifica se o mesmo continuar freqüentemente a explicar essas relações comuns em sua vida, no lugar que escolheu para viver. Segundo Adyr B. Rodrigues (1999, p. 58):

> Deter-se no lugar significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação de seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares.

Dever-se-ia possuir um patrimônio reformulado que considere seus usos sociais, não a partir de uma mera atitude defensiva ou de simples recolhimento, mas com uma visão mais complexa de como a sociedade se apropria de sua história.

Pode ser que, de posse de um novo referencial, interdisciplinando-se, o profissional em turismo, o historiador e o planejador urbano, encontre um caminho mais efetivo nesse mundo simbólico do Patrimônio e Turismo.

A realização dessa pesquisa evidencia uma preocupação de se pensar o turismo e ou atividades turísticas do local para o global, pois segundo Susana Gastal (2002, p. 9), "o turismo é, talvez o fenômeno mais globalizado, num mundo de globalizações. A pós-modernidade traz o apagamento das fronteiras e a busca de universalidades. Mas também traz o elogio da diferença", sendo assim, buscar as especificidades dos patrimônios numa localidade, pode contribuir para a realização de inventários e diagnósticos turísticos, que muito auxiliarão numa política de planejamento turístico municipal. Por sua vez, os espaços ocupados pelos homens, acumulam-se de memórias, de vivências e constituem-se assim em verdadeiros "lugares de memória". O turismo não pode ser pensado apenas em deslocamentos, mas também em permanências de cultura, por meio da preservação de evidências e elementos que constituem e que criam e recriam a vida da comunidade.

Encerram-se tais reflexões com a seguinte indagação,

> A manutenção de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio seriam tão antagônicas como uma vez se pensou serem o progresso e a preservação de antigos edifícios? Resta-nos assim um desafio: definir um ponto de equilíbrio entre essas finalidades presentemente atribuídas ao patrimônio cultural, a de ser suporte de identidades e a de ser fonte de divisas. (RODRIGUES, 2001, p. 24)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANTES, A. A. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 48-55, 1987.

CAMPELLO, G. Patrimônio e cidade; cidade e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 116-125, 1994.

FENELON, D. R. Políticas culturais e patrimônio histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania, São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, p. 29–33, 1992.

FONTÈS, L. H.; COELHO, M. das G. S.; REIS, A. A. dos; NEVES, M. L. Preservação e desenvolvimento: as duas faces de uma moeda urbana. **Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 51–55, 1986.

GASTAL, S. (Org.) Turismo investigação e crítica. São Paulo, Contexto, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JEUDY, H. P. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146 p.

LYRA, C. C. (Coord.) **Guia dos bens tombados**: Paraná. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984. 202 p.

MENESES, U. T. B. de. O Museu na cidade X A cidade no museu. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8 e 9, p. 197-205, 1984.

MONNET, J. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 220–228, 1996.

MURTA, S. M.; GOODEY, B**.** Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte/ UFMG: Território Brasilis, 2002.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/São Paulo**. São Paulo: n. 10, dez., p. 7–18, 1993.

Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 10º Coordenação regional. Curitiba, 1993.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**.** In: **Turismo e Patrimônio Cultural**. PINSKY, J.; FUNARI, P. P. (Org.). São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, M. B. S. de R. Preservação na gestão das cidades. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 165-174, 1996.